BASE DE FUZILEIROS NAVAIS DA ILHA DAS FLORES

Estudo Técnico Preliminar 108/2026

1. Informações Básicas

Número do processo: 63344.001623/2026-76

2. Descrição da necessidade

I - Justifica-se a aquisição bens de consumo do tipo utensílios de cozinha e equipamentos de proteção individual, visando atender as necessidades de reposição de estoque atual e aumento da segurança no serviço de preparação de alimentos.

II - Diante do exposto, esta Equipe de Contratação solicita a aprovação da contratação direta, haja vista refletir diretamente no cumprimento da missão desta Organização Militar e que o processo de Dispensa Eletrônica, com fulcro no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021 é um meio célere e eficiente que a Administração Pública dispõe para contratações de soluções e, ainda, cumprindo os princípios da legalidade, da economicidade e do interesse público este Setor conclui ser possível e necessário um processo de aquisição para resolver a supracitada necessidade.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Divisão de Subsistência	2ºTen (RM2-S) LARISSA DE TOLEDO VIEIRA ABREU

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

I - O prazo de vigência da contratação está adstrito ao recebimento definitivo do objeto, após este procedimento a vigência poderá ser encerrada, não podendo ultrapassar 12 (doze) meses contados da emissão da Nota de Empenho, sem prorrogação, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133/2021;

II - Trata-se de bem comum a ser adquirido por contratação direta enquadrando-se como Dispensa Eletrônica, com fulcro do inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021 e nos termos do inciso II do art. 4º da Instrução Normativa Seges /ME nº 67/2021;

III - A Contratada deverá seguir rigorosamente a descrição supracitada no Termo de Referência deste processo de contratação;

IV - Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega do serviço, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

V - Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no

Termo de Referência e sua proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade; e

VI - A contratada deverá encaminhar sua proposta no SIASG após o encerramento da disputa, para que o contratante possa analisá-lo e verificar se está em conformidade com as especificações desejadas.

VII - Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os requisitos que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

VIII - O desenvolvimento sustentável é um princípio (art. 5º) e um objetivo (art. 11º) da Lei 14.133/21, incidente em aquisições, serviços e obras, desde a fase de planejamento, a elaboração do edital, a execução contratual e a destinação ambiental adequada dos resíduos e rejeitos.

5. Levantamento de Mercado

I - Conforme o constante na IN 58/2022, que dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP, o levantamento de mercado consiste na análise das alternativas possíveis e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar, contudo, levando em consideração a maior celeridade, o menor grau de burocracia, a redução de custos para aquisições de bens comuns de baixo valor, como também o baixo grau de complexidade, a solução será a aquisição por dispensa de licitação, na forma eletrônica, enquadrada no inciso II do art. 75 da Lei 14.133/2021.

6. Descrição da solução como um todo

I – Aquisição de bens de consumo do tipo utensílios de cozinha e equipamentos de proteção individual, visando atender as necessidades de reposição de estoque atual e aumento da segurança no serviço de preparação de alimentos, proporcionando assim maior conforto e bem-estar dos comensais do rancho da Base de Fuzileiros Navais da Ilha das Flores.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

I - A definição do quantitativo a ser licitado pela Administração Pública deve ser pautada em indicar a forma de cálculo utilizada com os critérios técnicos claros e objetivos.

II - Para o correto dimensionamento das quantidades estimadas, foi realizada uma análise prévia logo constatou-se que o quantitativo solicitado corresponde somente à quantidade suficiente para atender adequadamente a demanda.

III - Diante do exposto, a administração pública tem o dever legal de demonstrar os critérios técnicos para a estimativa dos quantitativos demandados, com base em consumo histórico objetivo e/ou em palpáveis perspectivas futuras.

IV - Quantidades e justificativas para a demanda necessária a solução:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	JUSTIFICATIVA
1	**AVENTAL PRETO OXFORD** - FABRICADO EM TECIDO OXFORD - TEM 2 BOLSOS NA PARTE DA FRENTE - COM ALÇA/AJUSTE NO PESCOÇO – COM ALÇA/AJUSTE DE CINTURA – MEDIDAS APROXIMADAS (LIMITE DE 5CM A MAIS OU A MENOS) 70CM X 90CM – COR: PRETO.	50	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO / ACESSÓRIO DE PROTEÇÃO PARA UTILIZAÇÃO NA COZINHA DO RANCHO DA BFNIF.
	BOTA DE PVC CANO LONGO 32CM PRETA COM SOLADO		

2	**AMARELO OU PRETO** - COM SOLA ANTIDERRAPANTE (SRA) E RESISTENTE A ÓLEO COMBUSTÍVEL (FO), ESTA BOTA DEVE SER CERTIFICADA PELAS NORMAS NBR ISO 20347:2015 E BS EN 13832-2:2018 - PROTEÇÃO QUÍMICA INCLUI RESISTÊNCIA A HIDRÓXIDO DE SÓDIO 40% (K), SOLUÇÃO DE AMÔNIA 25% (O) E HIPOCLORITO DE SÓDIO 13% (R). APROVADA CONFORME A NORMA ISO 16604:2004, DEVE OFERECER PROTEÇÃO CONTRA A PENETRAÇÃO DE PATÓGENOS TRANSMITIDOS POR FLUIDOS BIOLÓGICOS, TORNANDO-A IDEAL PARA AMBIENTES DE RISCO BIOLÓGICO – ESPECIFICAÇÕES: SIMBOLOGIA: OB SRA FO. TIPO US. QUÍMICOS (O, K, R) - NBR ISO 20347:2015 | BS EN 13832-2:2018 - COR: PRETA E SOLA AMARELA OU PRETO - FORRO: MEMBRANA "EASILY-DRIED" (RÁPIDA SECAGEM) OU SEM FORRO - **TAMANHOS DISPONÍVEIS: 34/35, 36/37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44/45, 46/47 (CONFORME DEMANDA DA CONTRATANTE)** - ALTURA DA BOTA + CANO LONGO: 34,5 CM (BASE NA NUMERAÇÃO MÉDIA)	50	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO / ACESSÓRIO DE PROTEÇÃO PARA UTILIZAÇÃO NA COZINHA DO RANCHO DA BFNIF.
3	**TOALHA MESA 4,5m X 2,8m** - MATERIAL: JACQUARD - FORMATO: RETANGULAR - COMPRIMENTO: 4,50 M - LARGURA: 2,80 M - **COR: VARIADA (CONFORME DEMANDA DA CONTRATANTE)**	30	AQUISIÇÃO DE ACESSÓRIOS PARA ORGANIZAÇÃO E ORNAMENTAÇÃO DOS LOCAIS ONDE SÃO REALIZADOS EVENTOS NA BFNIF.
4	**TOALHA MESA 3M DIÂMETRO** - MATERIAL: JACQUARD - FORMATO: REDONDA - DIÂMETRO: 3,00 M - **COR: VARIADA (CONFORME DEMANDA DA CONTRATANTE)**	30	AQUISIÇÃO DE ACESSÓRIOS PARA ORGANIZAÇÃO E ORNAMENTAÇÃO DOS LOCAIS ONDE SÃO REALIZADOS EVENTOS NA BFNIF.
5	**AMOLADOR MANUAL (CHAIRA)** - MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL - MATERIAL CABO: POLIPROPILENO - COMPRIMENTO LÂMINA: 356 MM - COMPRIMENTO CABO: 131 MM - CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ESTRIADA-IMANTADA, CABO BRANCO, AÇÃO ANTIMICROBIANA – CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: TAMANHO CABO: 16,5CM – TAMANHO PARTE AÇO INOXIDÁVEL: 25CM – TAMANHO "LARGURA": 6CM	10	AQUISIÇÃO DE AMOLADOR PARA UTILIZAÇÃO NO AÇOUGUE E NA COZINHA DO RANCHO DA BFNIF.
6	**CAIXA PLÁSTICA FRIGORIFICA (MÍNIMO 44L)** - MATERIAL: POLIETILENO ALTA DENSIDADE - APLICAÇÃO: ACONDICIONAMENTO DE CARNES - COR: BRANCA - CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ATÓXICA, EMPILHÁVEIS, COM TAMPA, CAPACIDADE 44 LT	30	AQUISIÇÃO DE CAIXAS PARA AUMENTO DA CAPACIDADE DE ARMAZENAMENTO DOS FRIGORIFICADOS DO PAIOL DE GÊNEROS DA BFNIF.
7	**CONCHA 50CM AÇO INOX** - MATERIAL CORPO: AÇO INOXIDÁVEL - MATERIAL CABO: AÇO INOXIDÁVEL - COMPRIMENTO: 50 CM – CAPACIDADE VOLUMETRICA DA CONCHA: MÍNIMO DE 200ML - CARACTERÍSITCAS ADICIONAIS: **OBRIGATORIAMENTE COM ALÇA**	50	AQUISIÇÃO DE UTENSÍLIOS DE COZINHA PARA UTILIZAÇÃO NO RANCHO DA BFNIF.
8	**PEGADOR ALIMENTO AÇO INOX PEÇA ÚNICA (SEM EMENDAS OU JUNÇÕES)** - MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL – COMPRIMENTO MÍNIMO: 30 CM – CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PEÇA ÚNICA, TOTALMENTE EM AÇO INOX, NÃO SENDO ACEITO JUNÇÕES, PARTES DE SILICONE OU OUTRO MATERIAL QUE NÃO SEJA AÇO INOX, CONFORME IMAGEM ILUSTRATIVA ABAIXO:	50	AQUISIÇÃO DE UTENSÍLIOS DE COZINHA PARA UTILIZAÇÃO NO RANCHO DA BFNIF.
9	UTENSÍLIO DOMÉSTICO **REMO** - MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL - TIPO: REMO – COMPRIMENTO MÍNIMO: 150 CM – LARGURA MÍNIMA DA PÁ: 20 CM - APLICAÇÃO: PREPARO INDUSTRIAL DE ALIMENTOS	10	AQUISIÇÃO DE UTENSÍLIOS DE COZINHA PARA UTILIZAÇÃO NO RANCHO DA BFNIF.
10	**COLHER "DE ARROZ"** - MATERIAL CORPO: ALUMÍNIO FUNDIDO GROSSO OU AÇO INOXIDÁVEL COM ESPESSURA MÍNIMA DE 2MM - MATERIAL CABO: ALUMÍNIO FUNDIDO GROSSO OU AÇO INOXIDÁVEL COM ESPESSURA MÍNIMA DE 2MM - APLICAÇÃO: SERVIR E MEXER ALIMENTOS - CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: SEM EMENDAS OU MADEIRA - COMPRIMENTO: 60 CM - COM ALÇA	50	AQUISIÇÃO DE UTENSÍLIOS DE COZINHA PARA UTILIZAÇÃO NO RANCHO DA BFNIF.

11	COADOR DE CAFÉ – MATERIAL: TECIDO / ALGODÃO – APLICAÇÃO: SUPORTE INDUSTRIAL DE COADOR DE CAFÉ – CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ALTURA: 120CM – DIÂMETRO DA “BOCA”: 60CM	20	AQUISIÇÃO DE UTENSÍLIOS DE COZINHA PARA UTILIZAÇÃO NO RANCHO DA BFNIF.
12	RECIPIENTE ALIMENTOS - MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL AISI 304 - CAPACIDADE: 30,3 L - CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM ALÇA - REFERÊNCIA: 1/1-200 MM	20	AQUISIÇÃO DE UTENSÍLIOS DE COZINHA PARA UTILIZAÇÃO NO RANCHO DA BFNIF.
13	RECIPIENTE ALIMENTOS - MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL AISI 304 - CAPACIDADE: 22,7 L - CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM ALÇA - REFERÊNCIA: 1/1-150 MM	16	AQUISIÇÃO DE UTENSÍLIOS DE COZINHA PARA UTILIZAÇÃO NO RANCHO DA BFNIF.
14	RECIPIENTE ALIMENTOS - MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL AISI 304 - CAPACIDADE: 9 L - APLICAÇÃO: COZINHA - CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: SEM ALÇAS - FORMATO: RETANGULAR - ALTURA MÍNIMA: 65 MM - COMPRIMENTO: 530 MM - LARGURA: 325 MM	20	AQUISIÇÃO DE UTENSÍLIOS DE COZINHA PARA UTILIZAÇÃO NO RANCHO DA BFNIF.
15	TAMPA - MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL - APLICAÇÃO: CUBA GASTRONÔMICA GN 1/1 – CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: RECORTE PARA ALÇAS DE TRANSPORTE E CONCHA	30	AQUISIÇÃO DE UTENSÍLIOS DE COZINHA PARA UTILIZAÇÃO NO RANCHO DA BFNIF.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R$): 43.363,04

8.1. O valor da contratação é de **R$ 43.363,0470 (quarenta e três mil, trezentos e sessenta e três reais e quatro centavos).**

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

I - Compete à administração buscar o menor dispêndio possível de recursos, assegurando a qualidade da aquisição e/ou da prestação do serviço, o que exige a escolha da solução mais adequada e eficiente dentre as diversas opções existentes já por ocasião da definição do objeto e das condições da contratação, posto que é essa descrição que impulsiona a seleção da proposta mais vantajosa, objetivo precípuo da licitação.

II - A partir dessas premissas é que se deve avaliar o parcelamento do objeto, sem esquecer que, a rigor, objetos divisíveis, complexos ou de naturezas distintas devem ser parcelados em itens independentes com vistas à ampliação da competitividade – princípio básico da licitação – propiciando, assim, que os licitantes apresentem propostas individualizadas para cada um deles, de acordo com suas condições, e, igualmente, que o julgamento seja feito em relação a cada qual, o que usualmente resulta em preços mais vantajosos.

III - O não parcelamento do objeto, seja para os fins da adoção de um objeto único ou mesmo do agrupamento de itens em lotes – que por óbvio devem guardar compatibilidade entre si, admitir julgamento com base em um mesmo critério e permitir execução por um mesmo fornecedor –, por sua vez, deve ser visto com cautela e exige justificativa adequada e consistente, já que ao menos em tese reduz a competitividade, na medida que impõe a cotação do global ou de todos os itens que compõem cada lote pelos particulares, e pode também não resultar na escolha da proposta efetivamente mais vantajosa, em virtude de o julgamento considerar o custo total do objeto ou de cada lote definido, conforme o caso, e não dos itens isolados. Bem por isso é que a decisão relativa à divisão ou não do objeto deve ser motivada em cada caso concreto e deve ser precedida de estudos do mercado específico ainda na fase interna da contratação, que evidenciem a vantagem sob a ótica técnica e/ou econômica.

IV - Diante do exposto, como regra o aproveitamento das peculiaridades do mercado local, com vistas à economicidade, sempre que possível, desde que atendidos os parâmetros de qualidade e o dever de buscar a

ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado, na aquisição do objeto o parcelamento poderá ser adotado conforme o previsto no § 2º, incisos II e III, do art. 40 da Lei nº 14.133/2021, com o objetivo de ampliar a competição entre as empresas especializadas, resultando na redução dos valores contratados.

V - Levando em consideração as especificidades, o baixo grau de complexidade para a aquisição de bens comuns, esta Administração optou pelo parcelamento do objeto em razão de ser tecnicamente viável e economicamente vantajoso.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Esta unidade não identificou necessidade de contratações correlatas.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

I - As Forças Armadas poderão aplicar, no que couber, as normas pertinentes ao SISG, de acordo com § 2º do Art. 1º Decreto nº 1.094, de 23 de março de 1994, indicando assim a possibilidade de implantar o Plano de Contratação Anual (PCA) no sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações (PGC).

II – Conforme Parágrafo Único do Art. 1º do Decreto nº 10.947, de 25 de janeiro de 2022, com redação incluída pelo Decreto nº 11.137, de 2022, o cumprimento de suas disposições é dispensável aos Comando da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, sem prejuízo da observância do princípio do planejamento de que trata o art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

III - O PCA sinaliza ao mercado fornecedor as pretensões da Administração Pública de modo que este se prepare adequadamente e com antecedência para participar dos certames licitatórios propiciando ainda, a maximização dos resultados institucionais, a partir da melhoria da governança e da gestão das contratações, além de maior transparência e controle com a publicação dos planos.

IV - Cabe destacar que o PCA e o PGC são ferramentas que devem se adequar às necessidades dos órgãos, atendendo às suas características e peculiaridades. Por outro lado, há a necessidade de adaptação do sistema de governança dos Órgãos da Marinha do Brasil às regras e de definição interna de qual agente público desempenhará cada papel no sistema.

V – Há o alinhamento entre a contratação e a última atualização de planejamento das contratações do decorrente exercício financeiro previsto como subsídio do PAR (Plano de Aplicação de Recursos), dispondo para o ano de 2026. Esta Administração dispõe de uma ferramenta de planejamento de contratações consubstanciada no Sistema de Acompanhamento Financeiro (SAFIN).

VI – Além disso, seguindo o disposto na Circular nº 18/2026 da Secretaria-Geral da Marinha, foi implementada a utilização do Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações (PGC) para a elaboração do Plano de Contratações Anual (PCA). Assim, a contratação decorrente do presente processo de dispensa de licitação encontra-se prevista no PCA sob o identificador **0394502000144-0-000133/2026**.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

I - Uma solução deve ser planejada e contratada para o atendimento de uma necessidade pública, nesse sentido, esta aquisição deve demonstrar os resultados pretendidos com benefícios diretos com a contratação da solução, em termos de economicidade, eficácia, eficiência, de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, inclusive com respeito a impactos ambientais positivos, de forma a atender à necessidade desta Organização Militar.

13. Providências a serem Adotadas

I - Os gestores e os fiscais de contratos e os respectivos substitutos serão representantes da administração designados pela autoridade máxima do órgão ou da entidade, ou por quem as normas de organização administrativa indicarem. Para o exercício da função, o gestor e os fiscais de contratos deverão ser formalmente cientificados da indicação e das respectivas atribuições antes da formalização do ato de designação, considerando a compatibilidade com as atribuições do cargo, a complexidade da fiscalização e a capacidade para o desempenho das atividades.

II - Caberá ao gestor do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto:

a) coordenar as atividades relacionadas à fiscalização técnica;

b) acompanhar os registros realizados pelo fiscal do contrato das ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, e informar à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência;

c) acompanhar a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e de pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;

d) coordenar a rotina de acompanhamento e de fiscalização do contrato, cujo histórico de gerenciamento deverá conter todos os registros formais da execução, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, e elaborar relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações para fins de atendimento da finalidade da administração;

e) coordenar os atos preparatórios à instrução processual e ao envio da documentação pertinente para a formalização dos procedimentos;

f) elaborar o relatório final de que trata a alínea “d” do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei nº 14.133, de 2021, com as informações obtidas durante a execução do contrato;

g) emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, a constarem do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações conforme disposto em regulamento;

h) realizar o recebimento definitivo do objeto do contrato referido no art. 25, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais; e

i) tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor competente para tal, conforme o caso.

III - Caberá ao fiscal técnico do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto:

a) prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato com informações pertinentes às suas competências;

b) anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

c) emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexatidão ou irregularidade constatada, com a definição de prazo para a correção;

d) informar ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem a sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

e) comunicar imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas estabelecidas;

f) fiscalizar a execução do contrato para que sejam cumpridas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a administração, com a conferência das notas fiscais e das documentações exigidas para o pagamento e, após o ateste, que certifica o recebimento provisório, encaminhar ao gestor de contrato para ratificação;

g) comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual;

h) participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, em conjunto com o fiscal administrativo e com o setorial, conforme o disposto no inciso VII do caput do art. 21;

i) auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, conforme o disposto no inciso VIII do caput do art. 21; e

j) realizar o recebimento provisório do objeto do contrato referido no art. 25, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

14. Possíveis Impactos Ambientais

I - A Contratada deverá adotar os critérios de sustentabilidade ambiental previstos no art. 5º da Instrução Normativa nº 1, de 19 de janeiro de 2010, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG, como também observar as práticas de proteção do meio ambiente previstas nas Leis nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 e nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, e as disposições estabelecidas no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, disponibilizado pela Consultoria-Geral da União.

II - O impacto ambiental é qualquer mudança nas características físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, por isso, para esta aquisição não há impacto ambiental ou qualquer alteração no meio ambiente.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

I - Este estudo preliminar contempla o objeto a ser contratado, individualizado e detalhado com as especificações necessárias e suficientes para elaboração do Termo de Referência;

II - Certificamos que somos responsáveis pela elaboração do presente documento que compila os estudos preliminares desta Organização Militar e que o mesmo traz os conteúdos previstos na Instrução Normativa nº 58, de 08 de agosto de 2022.

III - Declaramos o reconhecimento, nos limites da atuação do planejamento da contratação e da fiscalização dos contratos, nos processos licitatórios, pela correta execução e do cumprimento das funções técnicas, assumindo a responsabilidade legal pela veracidade desta declaração, conforme nos termos do art. 22, §2º, da IN nº 05/2017, ratificado pela IN n° 98/2022.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado digitalmente
gov.br
DAVID ALAN DA SILVA
Data: 04/11/2026 10:52:28-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

DAVID ALAN DA SILVA

Equipe de apoio

Assinou eletronicamente em 26/10/2026 às 16:27:16.

Documento assinado digitalmente
gov.br
LARISSA DE TOLEDO VIEIRA ABREU
Data: 04/11/2026 12:04:36-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

LARISSA DE TOLEDO VIEIRA ABREU

Responsável pela contratação direta

Documento assinado digitalmente
gov.br
LUIS GUSTAVO SILVA PEREIRA
Data: 09/11/2026 16:52:31-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

LUIS GUSTAVO SILVA PEREIRA

Autoridade competente